

Governador do Rio pede moratória à União

Wilson Pedrosa/AE

Alencar quer deixar de pagar por 6 meses débitos com Tesouro, Previdência, Caixa e outros órgãos

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — O governador do Rio, Marcello Alencar, pediu ontem ao Ministério da Fazenda uma moratória de seis meses. Embora não goste do termo, o que ele pretende é suspender por esse prazo o pagamento de seus débitos com o Tesouro, a Caixa Econômica Federal (CEF), a Previdência Social e outros órgãos da administração federal. "Até lá, eu teria tempo para estruturar melhor meu programa de desestatização", justificou ele, após reunir-se com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal.

Segundo Alencar, o alívio nos pagamentos dos débitos do Estado permitiria uma folga suficiente para pagar o 13º salário dos funcionários públicos. "Do contrário, terei dificuldades", alertou. De acordo com dados do Banco Central, a dívida do Rio é de R\$ 7,6 bilhões, dos quais R\$ 5,3 bilhões em títulos e R\$ 2,3 bilhões em contratos com o governo federal.

Na reunião de ontem, o governador pediu ao Ministério da Fazenda manifestação formal sobre uma solução para a dívida mobiliária (em títulos) dos Estados. "Só está faltando isso para liberarmos um empréstimo do Banco Mundial", argumentou ele. O empréstimo, de US\$ 300 milhões, seria para financiar medidas de reforma administrativa, como a demissão de funcionários e a modernização da máquina arrecadadora. Além desse financiamento, Alencar está negociando um empréstimo de R\$ 180 milhões com a CEF para seu programa de demissão voluntária.

Ameaça — Alencar reagiu à amea-



Alencar com FH ontem no Planalto: pedido de alívio para débitos

PREOCUPAÇÃO É COM VERBA PARA PAGAR 13º DE SERVIDOR

ça do presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Gama Malcher, de pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a intervenção no Estado por falta de pagamentos ao Judiciário. "Não faz o

menor sentido, pois os pagamentos estão rigorosamente em dia", afirmou o governador. Ele disse que já repassou ao Judiciário R\$ 30 milhões a mais do que o devido, se considerada a arrecadação ocorrida. O problema é que Malcher exige os recursos previstos no Orçamento. A diferença entre uma con-

ta e outra dá R\$ 94 milhões.

As críticas mais pesadas, no entanto, foram reservadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), com quem trava uma batalha. O tribunal quer analisar previamente os editais publicados pelo governo do Rio. "Não vou me submeter à arrogância de um órgão acessório", ressaltou. "Se eu me submetesse à vontade dele, o contrato do Banerj com o Bozano, Simonsen teria ficado muito mais caro." Segundo Alencar, o salário médio no TCE é de R\$ 5.230,00, e há um total de 2,4 mil funcionários para apenas 6 conselheiros. "Não consegui saber quanto ganha um conselheiro, mas quero saber por que dá essa média salarial tão alta", provocou.